

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E**  
**SUSTENTABILIDADE**  
**SMAMUS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**  
**COMAM**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

**Data: 30 de setembro de 2021**

**Horário: das 14h00min às 16h30min**

**Local: virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020.**

**Porto Alegre/RS**

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

1 Aos vinte seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, às quatorze horas, reuniram-  
2 se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM do  
3 Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº  
4 20.611/2020, sob a presidência de ÂNGELA MOLIN, **Secretaria Municipal de**  
5 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**, e na presença de: Luciane  
6 Martins Pinheiro, **Gabinete do Prefeito – GP**; Gabriela Schardosim Cardoso e Fernanda  
7 C. Matte Chaves, **SMDET**; Mariusa Cristina Reuter Colombo, **DMAE**; Arceu, **DMLU**;  
8 Dannyele Ribeiro Fagundes, **SMSURB**; Matheus Stapassoli Piatto, **CREA**; João Eduardo  
9 Quevedo, **SMS**; Jairo Luis Cândido, **CRBIO-3-RS/SC**; Odilon Francisco Pavón Duarte,  
10 **PUC-RS**; Fabiana da Silva Figueiró, **FIERGS**; César Augusto Ferreira Júnior, **GRAMPAL**;  
11 Andrea Pinto Loguércio, **UFRGS**; Karen Machado, **OAB/RS**; José Renato Barcelos,  
12 **MJDH**; Eleandra Raquel da Silva Koch, **CUT**; Paulo Renato Menezes, **AGAPAN**; Thiago  
13 Gimenez Fontoura, **Associação Toda Vida**; e Simone Steigleder Botelho, **AMA Guaíba**.

14 **DEMAIS PRESENTES**: Paulo Brack, **UFRGS**; Rovana, **Diretoria de Projetos e Políticas**  
15 **de Sustentabilidade – SMAMUS**.

16 **PAUTA**:

17 **1. Abertura**;

18 **2. Comunicações**;

19 **3. Votação**:

20 **3.1. Aprovação das atas das reuniões realizadas em 1º de julho de 2021, em 29 de**  
21 **julho de 2021 e em 26 de agosto de 2021**;

22 **4. Ordem do Dia**:

23 **4.1. Apresentação da Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade sobre as**  
24 **medidas adotadas pelo Município de Porto Alegre para enfretamento das Mudanças**  
25 **Climáticas**;

26 **4.2. Deliberação sobre proposta de prorrogação do mandato dos atuais**  
27 **Conselheiros do COMAM, até o mês de fevereiro de 2022**;

28 **4.3. Deliberação sobre processo SEI nº 18.0.000045575-61.**

**RELATO:**

29 **1. ABERTURA**

30 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
31 **Sustentabilidade – SMAMUS**: Boa tarde a todos. Nós vamos iniciar a nossa reunião do  
32 Conselho Municipal de Meio Ambiente do mês de setembro. Só quero esclarecer que  
33 infelizmente não conseguimos fazer a transmissão simultânea. Então, a reunião está  
34 sendo gravada e depois será disponibilizada no canal do YouTube da Secretaria de Meio  
35 Ambiente. Já estamos aceitando aqui as inscrições para o período de Comunicação por 3  
36 minutos. Primeiro quero agradecer à presença de todos e desejar que tenhamos uma  
37 ótima reunião. Iniciando, não sei se temos mais alguém que queira se inscrever para este  
38 primeiro momento. Já temos aqui várias inscrições, a primeira inscrição é da Conselheira  
39 Eleandra, representante da CUT.

40 **3. COMUNICAÇÕES**

41 **Eleandra Raquel da Silva Koch, CUT**: Boa tarde a todos e todas. Eu queria que ficasse  
42 registrado nos nossos anais, nas nossas discussões, que desde 2018, 2019, o movimento

## **Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

### **REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

43 indígena, os povos indígenas desta região aqui de Eldorado e Charqueadas, assim como  
44 outros movimentos sociais e ambientais lutam contra esse projeto nefasto, que é a Mina  
45 Guaíba. E fruto dessa luta e de vários estudos que demonstraram que a mineração do Rio  
46 Grande do Sul não traz desenvolvimento, não gera emprego, pois se registra os piores  
47 índices de qualidade de vida em relação à saúde. E nem sequer desenvolvimento  
48 econômico, porque demonstra que as regiões de mineração têm índices de  
49 desenvolvimento econômico piores do que a média do Rio Grande do Sul. Então, o fruto  
50 dessa luta, esse processo está parado por decisão da Justiça Federal, porque as  
51 comunidades indígenas são solenemente ignoradas. Só que, infelizmente, esta semana o  
52 Governador Eduardo Leite veio para a imprensa falando tardiamente, porque parece que  
53 ele mudou de posição, que até pode parecer favorável, mas como se ele fosse o  
54 responsável pela paralisação desse projeto nefasto. E, lamentavelmente, nem o Prefeito  
55 Marchezan e nem o Prefeito Melo até, então, deram satisfações para a população de  
56 Porto Alegre em relação a sua posição sobre esse projeto, né! Tem um conjunto de  
57 questões ambientais, existem vários estudos produzidos, né! Então, assim, é importante  
58 dizer, eu acho que este Conselho Municipal deveria ter esse tema da Mina Guaíba como  
59 uma prioridade. Lutou-se muito que se tivesse uma audiência pública em Porto Alegre. e  
60 preciso dizer, por fim, os inúmeros impactos evidentes e notórios que esse projeto traria  
61 para a Cidade de Porto Alegre. Então, queria fazer esse registro e dizer que seria  
62 importante que este COMAM pudesse se posicionar nesse sentido contra a Mina Guaíba.  
63 Obrigada.

64 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
65 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira. Está aqui anotado a sua sugestão  
66 para depois, então, debatermos aqui, para este tema entrar na pauta em uma próxima  
67 reunião. Obrigada! O próximo da lista de comunicações é o nosso Conselheiro Paulo  
68 Renato, por três minutos.

69 **Paulo Renato Menezes, AGAPAN:** Primeiro, parabenizar a comunicação da Conselheira  
70 Eleandra. O movimento ambientalista apoia completamente lutar contra a Mina Guaíba e  
71 não acredita muito na conversa do Governador, porque ele não tem esse poder aí. Mas,  
72 enfim, eu acho que é uma temática que tem que ser trazida, que apesar de ser em  
73 Eldorado o impacto é muito grande, inclusive, na fonte de abastecimento de água de  
74 Porto Alegre. Mas o assunto que eu quero trazer é certa perplexidade do que aconteceu  
75 após a nossa reunião do Comitê Gestor. O que é o Comitê Gestor? É um grupo de três  
76 pessoas, o Secretário e mais dois conselheiros eleitos pelo Conselho, que assessora o  
77 próprio Secretário, o Presidente do COMAM, para elaborar a pauta, especialmente isso.  
78 Até houve uma disputa logo que a gente entrou para constituir esse comitê gestor, foi  
79 indicado meu nome para participar e fomos para a votação, perdemos. E eu nem queria  
80 essa disputa, enfim, a gente queria ter um representante do comitê gestor. Bom, este ano,  
81 inexplicavelmente, a Prefeitura nem colocou candidato e dois candidatos do movimento  
82 ambiental entraram, foram eleitos eu e a Simone Steigleder, que temos participado já de  
83 duas reuniões. Na primeira reunião a Prefeitura apresentou a pauta, nós concordamos,  
84 sugerimos outros temas para entrar mais adiante. Na segunda reunião veio de novo  
85 proposta de pauta e um item de pauta nós não queríamos incluir, que era questão dos  
86 pareceres das Câmaras Técnicas de Legislação Ambiental das Áreas Naturais, a respeito  
87 da elaboração da lista das espécies ameaçadas, que é um assunto que vem há bastante  
88 tempo, e nós entendíamos que a Câmara Técnica de Legislação e Meio Ambiente não  
89 tinha deixado bem claros seus pareceres. Então, o assunto não estava suficientemente  
90 maduro para ser trazido para o plenário. Então, nós sugerimos que se fizesse mais uma  
91 reunião conjunta entre as câmaras, antes de vir e assim foi definido na reunião.

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

92 Inesperadamente, poucas horas depois, o Secretário nos manda uma mensagem dizendo  
93 que tinha que incluir o assunto, que ele conversou não sei com quem da câmara técnica.  
94 Enfim, eu acho que pode não parecer grave, mas são pequenas coisas que vão  
95 corroendo com as instituições e com o espírito democrático. Eu ainda protesto que esse  
96 tema não deve ser trazido, muito menos deliberado, porque não foi aprovado no Comitê  
97 Gestor. Para que tem o Comitê Gestor? Então, a gente pede que seja retirado esse ponto  
98 de pauta, nós temos várias sugestões de pauta, inclusive, algumas já foram aprovadas,  
99 né! E também a própria convocação tinha um link ali para acessar o processo, o link  
100 estava quebrado, mas depois fiquei sabendo que se copiava e colava podia acessar. Mas,  
101 enfim, não é o momento adequado para deliberar sobre esse tema enquanto as próprias  
102 câmaras técnicas não chegarem a uma conclusão mais clara para nós.

103 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
104 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro Paulo Renato. A próxima da lista é  
105 a Conselheira Simone Steigleder, três minutos.

106 **Simone Strigleder Botelho, AMA Guaíba:** Boa tarde. Boa tarde, Ângela e demais  
107 conselheiros. Eu tenho três pontos que eu vou tentar ser mais breve possível para  
108 aborda-los. Primeiro agradecer a Ângela pelo envio da carta de serviços, toda aquela  
109 conversa que a gente teve, tanto no Comitê Executivo, quanto eu tinha trazido na outra  
110 reunião a questão das nossas denúncias, onde buscar, com quem falar, quais são os  
111 horários e tal, e eu recebi da Ângela, então, algumas indicações de por onde a gente  
112 pode começar essa busca quando a gente vê que tem alguma coisa que no nosso  
113 entendimento possa ser irregular. Depois eu queria falar que olhando o que a Ângela nos  
114 mandou e também buscando algumas informações antigas do COMAM, eu consegui  
115 perceber que o COMAM não aparece no novo site da Prefeitura, ele está só no site  
116 antigo. Então, se faz uma busca no Google por COMAM vem o site antigo da Prefeitura,  
117 tu consegues acessar resoluções e tudo bem. Agora, se tu botas SMAMUS e vai na  
118 página da SMAMUS, tu não achas o COMAM, não acha nada do sistema municipal.  
119 Então, é uma alerta para que isso volte a estar na página inicial ali da SMAMUS. E o  
120 terceiro ponto, eu queria me somar à fala do Conselheiro Paulo, do meu estranhamento e  
121 manifestem isso por e-mail também, porque eu achei que no mínimo foi um deslize, uma  
122 delicadeza quanto a nossa deliberação no Comitê Executivo, que serve para isso, por isso  
123 que são três membros, chegar a uma conclusão do que será, o que irá e o que não irá  
124 para a pauta. Nós liberamos uma não inclusão na pauta, até porque no Comitê Executivo  
125 a pauta da nossa reunião trazia só o parecer da CTLEAMB, não trazia da CTAMPUR. O  
126 assunto estava nas duas comissões. No Comitê Executivo nós alertamos para a falta de  
127 atas, quer dizer, o nosso entendimento e por que nós temos nessas câmaras técnicas  
128 membros das nossas entidades nas câmaras técnicas, nós ficamos sabendo que as atas  
129 não foram aprovadas, né! Então, para nós estava faltando as atas e depois podemos  
130 verificar isso não SEI. Quer dizer, existe uma série de controvérsias que tem que serem  
131 pacificadas. E aí eu já faço uma pergunta, que consultando o nosso Regimento, a  
132 distribuição dos processos para a relatoria. Eu não vi isso acontecer durante todo o nosso  
133 processo aqui, não foram distribuídos processos para nós relatarmos. Então, quem sabe  
134 no nosso regimento consta isso, que os processos que serão analisados no COMAM vão  
135 ser distribuídos para conselheiros que vão dar um parecer e esse parecer que vai ser  
136 votado. Então, se nas câmaras técnicas tem disparidade nas conclusões, que parece que  
137 é o caso, porque nós não temos no SEI o da AMPUR, mas parece que há disparidade,  
138 deveria, então, ser distribuído para um conselheiro para que possa pacificar essas  
139 informações. Entendeu? E a gente votar. Por isso que lá no Comitê Executivo a nossa  
140 observação era que não viesse para a pauta agora. E eu faço a solicitação, que seja

## **Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

### **REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

141 retirado este ponto de pauta desta reunião para que a gente possa pacificar tudo isso.  
142 Obrigada!

143 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
144 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira. Passamos agora ao Conselheiro  
145 Thiago, por favor.

146 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Boa tarde, Presidente, demais  
147 colegas. Eu quero fazer primeiro uma menção, agradecer a presença de todos, nós  
148 tivemos uma atividade no dia 25, alusivo ao dia da limpeza lá na Dea Coufal, na orla do  
149 Guaíba, feito pelo Instituto Toda Vida. Então, contamos com grande participação popular,  
150 foi muito importante, em parceria lá com o espaço da R Brisa. Um dia alusivo, que foi no  
151 dia anterior, mas nós optamos em fazer depois, tivemos um bom retorno, uma  
152 mobilização importante de conscientização, principalmente o do cuidado daquela região  
153 tão importante da orla de Ipanema, que é tão importante para toda a Cidade. Gostaria  
154 também de fazer um convite aos colegas conselheiros, nós vamos ter um workshop, que  
155 vai ser promovido pelo grupo de observadores de aves de Porto Alegre, que trata sobre a  
156 questão da colisão em vidros das aves. Na Cidade vai ser um evento muito importante,  
157 vai ser dia 13 e 14 de outubro, das 18 às 21. Aí eu pergunto, Presidente, se nós podemos  
158 distribuir esse convite aos conselheiros, mandar por email depois para a Secretaria  
159 Executiva. E eu quero falar sobre essa questão do Comitê Executivo, que eu acho que é  
160 importante pontuar algumas coisas. Fundamentalmente o Comitê Executivo agiu em  
161 descompasso com a função dele. As câmaras técnicas, primeiro que elas são autônomas  
162 e independentes de si e analisam os temas em conformidade com as suas atribuições.  
163 Naturalmente, como Presidente da Câmara Técnica de Legislação, eu quando o  
164 Secretário me falou sobre essa necessidade de reinclusão em pauta, eu respondi ao  
165 Presidente, a Dra. Ângela bem sabe disso, e fui muito categórico – Nós não vamos pautar  
166 nada novamente, o que decidido está foi decidido! Aprovação de ata é um mero  
167 formalismo, está decidido que o expediente foi devolvido ao Conselho. E cabe apenas ao  
168 plenário do Conselho decidir se esse tema deve continuar a ser discutido nas câmaras  
169 técnicas. E não me lembro nesses anos de Conselho que o Comitê Executivo decida ou a  
170 Presidência do Conselho decida o que as câmaras técnicas devem discutir ou não  
171 discutir. Então, eu acho que o Germano fez muito bem em ter pautado esse tema, nós  
172 aqui, não cabe espaço, se houver dúvida, se houver qualquer tipo de questionamento por  
173 parte de conselheiros nós estamos à disposição para escutar, inclusive, isso é ideia da  
174 reunião de hoje que o parecer seja apresentado, siga as suas motivações também. Então,  
175 nesse sentido, Presidente, eu acredito que deva continuar tal como foi decidido o ponto  
176 de pauta, que sejam apresentados os pareceres e que o Conselho defina quais serão as  
177 deliberações a serem tomadas sobre o expediente em questão. Era isso. Muito obrigado!

178 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
179 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro Thiago. Então, o Conselheiro José  
180 Renato para a sua Comunicação. Eu informo que conseguimos já colocar a reunião em  
181 transmissão no YouTube ao vivo, está na página da SMAMUS.

182 **José Renato Barcelos, MJDH:** Boa tarde a todos e a todas. Primeiro lugar, quero me  
183 solidarizar com a declaração da Conselheira Eleandra, porque a Mina Guaíba além de ser  
184 um ponto central relativo à preservação do meio ambiente, da integridade e da  
185 biodiversidade, enfim, não é propriedade de nenhum administrador público. É uma  
186 questão da qual a cidadania precisa se manifestar. Portanto, o impacto que é causado é  
187 inestimável, já está absolutamente do ponto de vista científico comprovado. E  
188 simplesmente precisa ser combatido e rechaçado. Vai caber à sociedade construir essa

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

189 referência. É o primeiro ponto. Em segundo lugar, chegou ao conhecimento do Movimento  
190 Justiça e Direitos Humanos essa questão conturbada, que na minha opinião, me perdoem  
191 as opiniões contrárias, não está claro, muito menos este Conselho se considera apto,  
192 suficientemente informado para emitir qualquer tipo de voto a cerca dessa matéria. Até  
193 porque a questão das espécies ameaçadas é uma questão que por si só é complexa. Se  
194 eu não me engano, nós examinamos aqui em outro momento a competência inclusive do  
195 Estado, que é residual no exame de matérias afeitas à questão ambiental,  
196 especificamente as questões da competência do Município de Porto Alegre. Portanto, as  
197 espécies ameaçadas vão diretamente em relação a esse ponto, ou seja, não são  
198 espécies endêmicas que precisam ser examinadas demais e parte do COMAM sim a  
199 necessidade e do Município sobre tudo de revelar essa questão. a intenção de proteger o  
200 meio ambiente, preservar as espécies, tem que ser em primeiro lugar do órgão público, do  
201 ente estatal, municipal, o Estado aqui em *lato sensu*. E eu discordo da visão que as  
202 câmaras técnicas não devem obediência aos princípios do direito administrativo. Permita-  
203 me, Ângela, fazer esse breve comentário do ponto de vista jurídico, porque eu acho que  
204 são instâncias que devem se submeter a uma formalidade do ponto de vista dos seus  
205 encaminhamentos. São atos declaratórios que constituem posições daquele coletivo, em  
206 que pesem não serem atos, não serem instâncias deliberativas e vinculantes ao COMAM,  
207 informe à Presidência do Conselho sobre os seus atos e sobre os atos sobre os quais  
208 eles deliberem. Então, precisa haver uma formalidade, a ata é essencial para isso.  
209 Lembremos, finalizando já a minha fala, que o Comitê Executivo consta como um dos  
210 órgãos fundamentais da estrutura do COMAM, está lá no artigo 1º - Presidência, Comitê  
211 Executivo e o plenário; ou seja, há uma subfunção aí de competências na estrutura ao  
212 Comitê Executivo. Se ele não puder ter a competência de deliberar livremente sobre  
213 essas questões, tem que ser consultado, suficientemente informado pelas câmaras, que  
214 nesse caso específico estão atuando conjuntamente, então. Se fundamenta mais ainda  
215 essa formalidade do ponto de vista dos seus encaminhamentos. Então, eu acho que o  
216 Comitê deve sim fazer jus a sua função, tanto a AMPUR como a LEAMB precisam se  
217 manifestar conjuntamente. E reitero, pelo menos da minha parte, e acredito que de outros  
218 conselheiros e conselheiras, também não há suficientemente informação acerca da  
219 necessidade, não da necessidade, mas do teor, que eu acho que o professor Paulo  
220 Brack, se tiver oportunidade de fala aqui vai poder nos esclarecer de forma bem  
221 interessante para que a gente possa formar um juízo de valor sobre a importância disso.  
222 Então, antes disso, Ângela, eu também reitero a retirada de pauta desse ponto específico.  
223 Eu acho que o plenário não está em condições de deliberar sobre isso. Obrigado pelo  
224 espaço.

225 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
226 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro José Renato! O Secretário após o  
227 e-mail encaminhado pelo Presidente da CTLEAMB entendeu que deveria oportunizar a  
228 ambas as câmaras técnicas a relatoria dos seus estudos. E que como a demanda foi no  
229 plenário para as câmaras técnicas, uma vez que as câmaras técnicas julgassem que os  
230 processos estão finalizados, seria automática a inclusão em pauta, considerando que o  
231 julgamento de mérito sobre estar madura ou não estar madura a demanda, de estar  
232 suficientemente esclarecido, nomeando relator dentro do Conselho, cabe à plenária e não  
233 ao Comitê Executivo. O Comitê Executivo não teve acesso aos resultados, assim como  
234 nenhum outro dos seus membros, por essa razão foi incluída em pauta essa temática.  
235 Quero esclarecer isso e que constou na nossa pauta para hoje. Imediatamente, foram  
236 enviados emails aos dois presidentes das duas câmaras técnicas pedindo que se  
237 nomeassem relatores para a apresentação dos seus resultados. E o Professor Paulo  
238 Brack está aqui hoje para essa apresentação. Apesar do Professor Paulo Brack não ser

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

239 conselheiro, mas como presidente, ele está aqui para apresentar os resultados, pelo o  
240 que ele já relatou no e-mail, os estudos lá na CTAMPUR, foram aprovados por  
241 unanimidade. O que nós queremos é que o Conselho ouça os resultados das duas  
242 câmaras técnicas e faça o encaminhamento que entender e delibere sobre o  
243 encaminhamento que entender mais adequado. Então, essa foi a intenção, em nenhuma  
244 momento foi melindrar o Comitê Executivo em relação a esse ponto, mas que nós  
245 precisamos ter algum encaminhamento, considerando que já são mais de 6 meses de  
246 debates sobre essa temática nas duas câmaras. Estamos nos aproximando para o final  
247 do nosso no nosso mandato, inclusive, esse é outro ponto que temos depois para decidir.  
248 E nesse sentido é importante a gente ter a finalização que alguns procedimentos e de  
249 alguns processos. Então, a temática está em pauta, temos aqui a relatoria. A Professora  
250 Andrea Loguércio está aqui, o Presidente da CTLEAMB está aqui, o Presidente da  
251 CTAMPUR está aqui, para a apresentação, o que poderia ser motivo de deliberação em  
252 outra reunião, se for o caso. Nós sabemos que essa também é uma possibilidade que  
253 temos no nosso regimento, ouvir as apresentações, debatermos e deixarmos  
254 deliberações para outra reunião. Então, acho que não é o caso de nós perdermos a  
255 oportunidade que temos, com o Professor Paulo Brack aqui, nosso convidado, inclusive,  
256 presente com o trabalho de CT até finalizado. Assim como da CT de legislação também a  
257 respeito. Considerando que nós temos a apresentação de 15 minutos em um primeiro  
258 momento, que foi uma demanda da nossa convidada, a Diretora de Políticas  
259 Sustentáveis, a Rovana, eu vou passar esse próximo ponto da pauta e depois voltamos a  
260 nossa matéria da Ordem do Dia. Então, Rovana, seja muito bem-vinda aqui conosco.  
261 Queremos ouvir aqui as temáticas de enfrentamento a mudanças climáticas no Município,  
262 através dessa diretoria, depois retornamos à Ordem do Dia. Muito obrigada pela tua  
263 presença, por ter aceito o nosso convite.

264 **4. ORDEM DO DIA:**

265 **4.1. APRESENTAÇÃO DA DIRETORIA DE PROJETOS E POLÍTICAS DE**  
266 **SUSTENTABILIDADE SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE**  
267 **PORTO ALEGRE PARA ENFRETEAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

268 **Rovana, Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade – SMAMUS:** Olá,  
269 pessoal! Boa tarde a todos. É uma alegria estar aqui com vocês e ter a oportunidade de  
270 compartilhar um pouco dos projetos da Diretoria de Projetos e Políticas de  
271 Sustentabilidade aqui da SMAMUS, considerando esse tema tão importante, que é a  
272 sustentabilidade das mudanças climáticas. Então, tenho certeza que vocês já assistiram a  
273 inúmeras palestras e apresentações de pessoas supercapacitadas para falar do tema das  
274 mudanças climáticas. Isso já é uma realidade imposta, a gente já sente esses efeitos,  
275 tempestades, secas, crises hídricas, são fatos que a gente lê todos os dias no jornal. O  
276 ponto que estamos fazendo agora, que vamos fazer para contornar essa situação são  
277 ações concretas que de fato vão auxiliar com essas medidas. Então, todos os projetos  
278 têm como base o desenvolvimento os objetivos do desenvolvimento sustentável. E hoje  
279 eu vou apresentar os pautados principalmente no ODS 13, que é referente ao combate às  
280 alterações climáticas. Eu vou começar, então, com o inventário, que é a base das nossas  
281 ações, ele é o primeiro produto da revisão do Plano Diretor. Ele foi desenvolvido pela Way  
282 Carbon, sob a coordenação da Prefeitura de Porto Alegre. Então, o objetivo de ter maior  
283 sustentabilidade, qualidade de vida e a diminuição dos impactos ambientais. A Way  
284 Carbon já apresentou para vocês na última reunião, aqui vou dar só uma pincelada para  
285 colocar todo mundo na mesma linha. Então, o objetivo foi identificar o perfil das emissões  
286 de gases de Porto Alegre, evidenciando as suas principais fontes para subsidiar o  
287 desenvolvimento das estratégias de redução das emissões e a mitigação perante esses

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

288 impactos das mudanças do clima. As emissões contempladas foram referentes a energia  
289 estacionária, transporte, resíduos. Como dados gerais, nós temos aqui o setor que mais  
290 emite, que é o transporte, referente a 67,7% das emissões. Em segundo lugar temos a  
291 energia estacionária com 23%, resíduos com 8,8 e agricultura e florestas da terra com  
292 0,5%. Como uma média desses quatro anos nós emitimos temos 2,5 milhões de  
293 toneladas de gás carbônico. O transporte que tem a maior participação, ele tem as  
294 emissões cuja origem vem da queima de combustíveis e do consumo de energia elétrica.  
295 A energia estacionária as fontes vêm da produção de energia, queima de combustíveis e  
296 o consumo de energia elétrica, que é a energia que a gente precisa para colocar os  
297 prédios em funcionamento. Os resíduos sólidos, então, as fontes oriundas da estação de  
298 tratamento, resíduos sólidos e de efluentes líquidos. E na questão de agricultura e  
299 florestas da terra é pertinente a questão de manejo, fermentação dos animais e o gráfico  
300 mostra que nós temos uma redução, que é referente às remoções que estão relacionadas  
301 ao plantio. Então, o inventário é um instrumento essencial para nos guiar na nossa  
302 elaboração das políticas de baixo carbono para Porto Alegre. E esse inventário mostrou  
303 certa estabilidade nas emissões entre esses anos estudados, devido a um conjunto de  
304 fatores e o principal é a questão da manutenção do padrão de consumo da população. A  
305 partir dessa conclusão, então, nós estruturamos as nossas ações em três eixos, que são  
306 os principais emissores, o transporte, fontes estacionárias e resíduos. E começamos a  
307 desenvolver projetos nessas áreas para reduzir as emissões ou mitigar os impactos.  
308 Então, embora a gente não tenha elaborado ainda o nosso plano de ação climática com  
309 as metas definidas a serem alcançadas ao longo dos anos, porque estamos em processo  
310 de revisão do Plano Diretor, nós optamos por já adotar medidas concretas mais  
311 imediatas. Então, entrando agora no eixo de transportes, a nossa principal medida foi o  
312 decreto que coloca fim a obrigatoriedade de construção do número mínimo de vagas de  
313 estacionamento para os empreendimentos, sem essas vagas mínimas, ou seja, os  
314 empreendimentos vão colocar quantidade de vagas que for importante para o seu público,  
315 que o seu público vai utilizar, a vaga necessária, não vaga a mais. Com isso um  
316 empreendimento, por exemplo, que é de um dormitório e as pessoas não querem mais  
317 usar o carro, elas tinham que arcar com o custo daquela estrutura para ter o  
318 estacionamento e sem essas vagas em demasia a gente começa a ter uma possível  
319 redução do valor do imóvel. Também temos um benefício, que é a localização dos  
320 empreendimentos em áreas mais centrais, com o aproveitamento da infraestrutura  
321 existente, como é que acontece isso? Nós começamos a perceber principalmente nos  
322 empreendimentos Minha Casa Minha Vida que devido a essa exigência de vagas eles  
323 tinham que procurar terrenos muito afastados da área Central para comportar essa  
324 quantidade de vagas no terreno. Então, percebemos que em alguns casos esses  
325 empreendimentos estavam com 50% das suas vagas sem uso, mesmo com todas as  
326 unidades já vendidas, ou seja, como isso a gente dá a possibilidade de um  
327 empreendimento se localizar em áreas mais centrais e aproveitar a infraestrutura  
328 existente. Além de todos os benefícios urbanísticos, a gente tem um benefício muito  
329 grande na questão climática, que é a diminuição dos deslocamentos com a conseqüente  
330 diminuição da poluição e a emissão de gases de efeito estufa. Aqui é um bom exemplo do  
331 que essa obrigatoriedade gerou na cidade. Então, com essa eliminação desses requisitos  
332 mínimos de vagas, a gente permite o aumento do número de moradias e a demanda para  
333 o transporte público. Foi muito bem aceito esse decreto. E agora vamos para o segundo  
334 ponto, relacionado ainda ao setor de transportes. Porto Alegre e Curitiba foram  
335 selecionadas como as cidades vencedoras de um projeto do Google, que é o Google  
336 Action Fun, foram as duas cidades selecionadas no Brasil para participarem desse projeto  
337 piloto de planejamento climático. Então, foi gerido pelo Google e implementado pelo

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

338 ICLEI. Com isso nós recebemos financiamento para duas ONGs no valor de R\$  
339 660.000,00 para cada e que tivessem projetos ligados à inovação atrelados à agenda  
340 climática, com a redução da emissão de gases do efeito estufa. Então, um dos projetos  
341 selecionados é do Centro Brasil no Clima, onde eles propõem a construção de sistemas  
342 de indicadores de apoio à transição energética do transporte público de Porto Alegre. O  
343 que esse trabalho vai trazer? Ele vai nos auxiliar a compreender os quesitos econômicos  
344 que essas emissões geram para o município e contrastar esses valores com o custo de  
345 se eletrificar a frota dos ônibus municipais. Vai também apresentar um prognóstico que  
346 vai se basear em cenários de investimentos, fontes de financiamento e o prazo para  
347 implementação para que a gente consiga trocar essa matriz energética por  
348 biocombustíveis ou eletrificação da frota. Entrando agora no segundo eixo, referente à  
349 energia estacionária, nós temos um projeto muito bacana, que é o Projeto Luz do Saber,  
350 que propõe eficiência energética e geração distribuída nas 97 escolas municipais de Porto  
351 Alegre. Tem como objetivo reduzir a conta de luz da SMED, que 2017 estava em 3,28  
352 milhões, e aumentar o conforto térmico nas escolas municipais. Então, esse projeto está  
353 pautado em dois componentes, um é referente à eficiência energética nas 99 escolas, ou  
354 seja, troca de lâmpadas, troca de equipamentos que não estavam tão eficientes e um  
355 segundo componente referente à geração distribuída, que é a implementação de placas  
356 fotovoltaicas em 41 escolas que tinham viabilidade técnica. Então, com esse projeto a  
357 gente propõe uma melhoria da eficiência energética, a diminuição das emissões de gases  
358 de efeito estufa e muito forte a questão da educação ambiental. Com isso se tem uma  
359 economia estimada em 2,1 milhões por ano e é um projeto que foi implementado e  
360 coordenado pela Prefeitura, com apoio da Felicity e da Gis, que são empresas alemãs,  
361 através do financiamento do Banco Europeu, que vai financiar 75% do valor e esse  
362 projeto já está em vias de licitação. Agora, voltando para o Google Action Fun, outro  
363 projeto que foi escolhido é da ONG Morro da Cruz Circular. Então, qual é o objetivo desse  
364 projeto? Eles se baseiam em dois pontos, eu vou mostrar o primeiro da energia  
365 estacionária, que é a transformação dos locais de intervenção, um *hub* de zero emissão  
366 para construir um ambiente resiliente. Então, vão ser instaladas placas fotovoltaicas com  
367 esse financiamento. O objetivo é a educação ambiental e a capacitação dos moradores  
368 para que se apropriem dessas tecnologias, com isso coletar dados sobre as emissões de  
369 gases de efeito estufa e economia de energia na escola. Outro projeto que elaboramos  
370 aqui na diretoria fora os rooftops sustentáveis, que é um decreto que dispõe sobre a  
371 utilização dos rooftops com as áreas de lazer e convívio paisagismo, desde que seja  
372 sustentável. E aí ele tem que, obrigatoriamente comportar, ou energia solar, ou telhado  
373 verde, para entrar nos moldes dos incentivos desse decreto. Então, hoje o nosso Plano  
374 Diretor limita a altura, a área construída e com isso grande parte das coberturas são  
375 ocupadas por caixas d'água. E aí nós queríamos incentivar o uso disso, mas que fosse de  
376 uma forma sustentável. Então, para se enquadrar nesse decreto sem contar no cálculo da  
377 altura, nem da área adensável, esse rooftop tem que estar vinculado a um uso  
378 condominial, ou no caso dos empreendimentos residenciais, ou de acesso público no  
379 caso de comerciais. Então, desde que eles cumpram critérios de sustentabilidade, que é a  
380 área vegetada ou os painéis fotovoltaicos. Os benefícios são o convívio social para lazer e  
381 contemplação, a questão sustentável é redução de níveis de calor, retenção da água da  
382 chuva, conforto térmico e econômico, que é no caso dos residenciais que podem  
383 implementar em cafeterias e restaurantes. E esse é outro projeto nosso, que é muito  
384 legal, que nós criamos modelos de terrários urbanos. O que é isso? É a utilização de  
385 áreas residuais ociosas em espaços de lazer sustentáveis, com isso a gente começa a  
386 criar na cidade mais espaços de lazer, ativação dos espaços públicos, uma revitalização  
387 urbana e diminuição das áreas ociosas colocando mais segurança nas ruas. Como é que

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

388 funciona? Os terrários são implementados em bens dominiais ociosos, ou seja, aquela  
389 nesga de terreno que está abandonada com lixo, estacionamento. Então, é feita uma  
390 licitação e com isso o vencedor do certame pode colocar algo que signifique exploração  
391 comercial, desde que ele deixe a uso público, sem restrição de acesso. No caso, então,  
392 da permissão de uso onerosa o valor vai ser direcionado para terrários em áreas de alto  
393 índice de vulnerabilidade social na periferia. O objetivo é isso, contribuir para a vitalidade  
394 e segurança, ampliar a oferta dos espaços públicos, formando um sistema de espaços  
395 abertos na cidade. Nós fizemos a licitação do primeiro terrário, que é na esquina da  
396 Neusa Brizola com a Lucas de Oliveira, o vencedor é o Maçaix e esse é o projeto que eles  
397 vão começar a executar em breve. Essa é a proposta vencedora, então, que contempla  
398 uma série de pontos de sustentabilidade, é um espaço superdinâmico, tem equipamento  
399 de ginástica, tubo de skate, parede verde, telhado verde, uso de água. Agora, como deu  
400 muito certo, está tendo bastante procura, nós já vamos lançar o segundo edital de terrário,  
401 que será no Bonfim, na esquina da Irmão José Otão com a Rua Garibaldi. Então, esse é o  
402 terreno que existe hoje lá, sem uso, ele está cercado somente. O que nós fizemos foi um  
403 projeto básico apenas para ilustrar o que pode ser feito no local. Quem vencer a licitação  
404 não precisa seguir esse projeto, ele serve de forma ilustrativa para mostrar a  
405 potencialidade desse espaço, desde que também ele cumpra os critérios de  
406 sustentabilidade. Agora entrando no último eixo, que são os resíduos, nós estamos  
407 elaborando o decreto para implementação de hortas urbanas comunitárias em parques,  
408 praças e terrários urbanos, porque são os espaços que a SMAMUS controla. Então,  
409 achamos mais fácil no primeiro momento fazer o que é pertinente aqui e a Prefeitura  
410 como um todo depois pode ampliar e agregar as outras áreas. Então, não atividades  
411 praticadas nesse ambiente urbano atrelados ao sistema ecológico econômico para  
412 melhorar a alimentação das pessoas, estimular a ocupação positiva desses espaços e  
413 beneficiar o ambiente como um todo e pelo senso de pertencimento da comunidade  
414 também. Agora voltando para o projeto do Morro da Cruz Circular, a outra parte que eles  
415 englobam é a transformação desses locais também em *hubs* de economia circular através  
416 da implementação de biodigestores. Então, são duas escolas municipais e no CTG no  
417 Morro da Cruz. O objetivo é diminuir os focos irregulares de resíduos e esse é um projeto  
418 muito bacana, porque o resíduo que sobra da merenda escolar é colocado aqui, as  
419 bactérias geram gás, o gás volta para a cozinha para esquentar a merenda das crianças.  
420 E ainda como um subproduto ele tem um fertilizante que é usado para horta da própria  
421 escola. Enfim, esses foram os três principais eixos. Agora o nosso grande projeto que vai  
422 englobar todos esses eixos, que está em desenvolvimento, é um decreto referente à  
423 certificação sustentável. Ele é previsto na lei de política de sustentabilidade, cria o  
424 programa de premiação e certificação sustentável e o objetivo, então, é incentivar as  
425 práticas sustentáveis de uma forma global na cidade. A proposta, então, é que a  
426 certificação seja concedida a empreendimento que adotar ações e práticas de  
427 sustentabilidade e a partir dessa certificação terá direito a incentivos, de acordo com  
428 legislações específicas que vão sendo criadas. Um exemplo é a possibilidade do IPTU  
429 sustentável, outra é de incentivo urbanístico, através do instrumento do solo criado, por  
430 exemplo. Algumas cidades utilizam esse incentivo no crédito verde, que é na questão da  
431 dívida ativa e poderão ter priorização na tramitação dos seus processos. Esse decreto vai  
432 abordar sete dimensões. E até na fala dos conselheiros eu vi vários pontos que vão ser  
433 incluídos aqui, por exemplo, na dimensão da conservação da biodiversidade local, vai  
434 entrar a questão da implantação de espécies ameaçadas, a adoção de medidas para  
435 evitar o choque de aves contra os vidros, na questão da energia e emissão de gases de  
436 efeito estufa entre as placas fotovoltaicas. Então, é um projeto bem completo que vai  
437 abarcar todas as dimensões. Então, é para edificações novas e as existentes. A nossa

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

438 preocupação era que fosse possível nas existentes, porque muitas das certificações  
439 atuais servem apenas para as novas e essa vai servir para todas. Então, o benefício é  
440 melhorar a condição ambiental da cidade e a melhor utilização dos recursos naturais. Por  
441 fim, com essa certificação, nós estamos elaborando o projeto do IPTU sustentável, que é  
442 conseguir o benefício fiscal para aqueles empreendimentos sustentáveis que obtiverem  
443 os selos. Bom, pessoal, eu quis trazer para vocês algumas das ações que nós já  
444 tomamos e outras que ainda estão em curso como forma de estruturar as nossas políticas  
445 públicas com um olhar às mudanças climáticas. Todos nós sabemos que não existe uma  
446 única solução, que existe um esforço e uma conscientização de toda a população, mas  
447 nós precisamos ser assertivos nesse caminho, pautando cada vez mais os nossos  
448 projetos como o viés dessa sustentabilidade. Muito obrigada!

449 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
450 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Nós que agradecemos a disposição, Rovana. Lembro que  
451 já estamos adotando e que ainda está em planejamento. Agradecemos muito e  
452 colocamos aqui à disposição se algum dos conselheiros quiser fazer alguma pergunta ou  
453 alguma colocação sobre a apresentação. Pode se inscrever. Começamos com o Paulo  
454 Renato.

455 **Paulo Renato Menezes, AGAPAN:** Primeiro, quero parabeniza a apresentação, algumas  
456 medidas bem interessantes que foram apresentadas, só que a gente tem que avançar.  
457 Algumas iniciativas que estão colocados aqui são para novos empreendimentos e a gente  
458 precisa é reconverter boa parte da cidade que ainda impacta muito. O nosso maior  
459 problema em termos de emissão de gases de efeito estufa aí, 2/3 é o transporte,  
460 especialmente o transporte individual, os automóveis. Então, nós temos que investir muito  
461 em um sistema de transporte coletivo sustentável, hoje nós temos essa frota de  
462 mastodontes de diesel aí consumindo muito recurso. E não é só a emissão de gases de  
463 estufa, também emissões de particulados que fazem muito mal à saúde e para abarcar  
464 essa frota imensa de automóveis tu deforma a cidade com novas vias, com novos  
465 viadutos. Então, a gente precisa reduzir a circulação de automóvel, que tem tantas  
466 externalidades negativas. Então, medidas que foram apontadas aí não foram do agrado  
467 do executivo, isso eu até coloquei uma outra vez, né! Como a implantação de um pedágio  
468 urbano, grandes cidades do mundo utilizam isso, quer circular de automóvel nas áreas  
469 mais centrais da cidade, tu tens que pagar para isso, né! Taxar os aplicativos. Quem  
470 utiliza automóvel até de forma profissional está utilizando a infraestrutura urbana de  
471 graça, né! Esses recursos têm que ser arrecadados para bancar, ajudar a bancar um  
472 sistema de transporte sustentável, multimodal, a eletrificação dos ônibus, implantação de  
473 metrô, uma cidade para se tornar mais caminhável, mais bicicletável. Olha as ciclovias aí  
474 que estão há tanto tempo atrasadas e não expandir a cidade para a periferia,  
475 especialmente para as áreas naturais, como a gente está vendo esse empreendimento  
476 que a gente luta contra, da Ponta do Arado. Querem transformar o pátio da área rural em  
477 urbana, ocupando uma área natural, levando o pessoal mais para a periferia, utilizando  
478 mais sistema de transporte individual. Muito obrigado, era isso aí.

479 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
480 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Rovana, queres fazer alguma colocação a respeito do  
481 comentário do Paulo Renato?

482 **Rovana, Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, eu  
483 concordo com tudo que o Paulo falou. Na verdade, as ações que a gente têm feito são  
484 nesse sentido. A questão da matriz energética nós vamos receber esse estudo, não  
485 recebemos ainda para a troca. É para justamente auxiliar o gestor na tomada de decisão,

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

486 quanto custa isso, mas principalmente qual o retorno para o município. Até em termos da  
487 saúde por material particulado que é emitido, a questão dos gases e tudo mais, e a  
488 questão do espraiamento da cidade. Esse é um problema muito forte, que eu pincelei  
489 mais ou menos na questão do decreto das vagas, mas estou totalmente de acordo.

490 **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
491 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito obrigada. A Rovana foi chamada para falar desse  
492 assunto em várias instâncias. Então, se houver interesse que nós possamos, que a  
493 Secretaria possa apresentar esses resultados em outras instâncias, nas entidades, enfim,  
494 nós estamos abertos e somos parceiros, em outros conselhos. Acho que não há nenhum  
495 problema, né, Rovana? Estou te colocando aqui em uma situação? Realmente é  
496 importante que as pessoas saibam, muita gente não sabe o que a Secretaria, o que o  
497 Município está pensando nessa área da sustentabilidade. Então, esse também é um  
498 pouco o nosso papel de comunicar adequadamente essas informações para todos. Então,  
499 agradecemos muito, Rovana a tua presença. O Conselho aqui é parceiro para  
500 implementar as medidas, pensar outras situações. Muito obrigada pelo teu relato e pela  
501 tua disponibilidade.

502 **Rovana, Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade – SMAMUS:** Imagina,  
503 eu que agradeço pessoal. Quando precisarem é o me chamar.

504 **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
505 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem. Então, vamos seguir a nossa pauta e vamos  
506 para a nossa segunda demanda que está na pauta:

507 **4.2. DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO MANDATO DOS**  
508 **ATUAIS CONSELHEIROS DO COMAM, ATÉ O MÊS DE FEVEREIRO DE 2022**

509 Essa foi uma demanda trazida pela Secretaria a respeito da possibilidade de prorrogação  
510 do mandato dos atuais Conselheiros do COMAM até o mês de fevereiro de 2022. Qual é  
511 a proposta que nós aqui estamos trazendo para os conselheiros e para o Conselho? As  
512 nossas reuniões em razão da pandemia iniciaram-se, não sei se foi maio ou junho de  
513 2020, até que nós conseguimos nos organizar para reiniciarmos de forma remota. E  
514 considerando-se que nós temos aí os meses de outubro, novembro e dezembro, que  
515 teremos que necessariamente até final de dezembro trazeremos o Plano de Aplicação do  
516 Fundo de Meio Ambiente para 2022, temos que trazer o edital para o processo seletivo  
517 das entidades para o Conselho e temos aí somente três meses. Conversando com o  
518 Secretário nós achamos que seria interessante nós fazermos uma prorrogação até  
519 fevereiro de 2022 para termos um tempo mais tranquilo para o processo de eleição das  
520 entidades. No mês de fevereiro os novos conselheiros, caso haja alguma mudança,  
521 inclusive, pelos indicados, possam participar de uma reunião conjunta com os atuais,  
522 como uma forma de se fazer uma transição do Conselho, porque podemos ter pessoas  
523 novas no Conselho que podem trazer um desconhecimento sobre o funcionamento, as  
524 câmaras técnicas. Então, a ideia seria termos uma reunião conjunta nesse sentido para  
525 apresentar o trabalho do Conselho, como ele está, enfim, para a partir de março termos  
526 um novo Conselho atuando. Então, a proposta é que nós fizéssemos aqui uma resolução  
527 e aprovássemos a prorrogação do mandato atual, até terceiro de 2022 e não dezembro  
528 de 2021, que seria a extinção natural do mandato. Então, não sei se querem discutir um  
529 pouco sobre isso e deliberar em reunião próxima ou deliberar hoje mesmo, na própria  
530 reunião? Eu coloco isso em discussão agora e se for o caso em deliberação. E nós aqui  
531 da assessoria jurídica já temos uma minuta de edital e dependendo da decisão de hoje já  
532 vai ser enviado ao Comitê Executivo, que é Comitê Eleitoral, para ser trabalhado com o  
533 Comitê Eleitoral, para que se possa fazer a publicação. Então, dependendo da decisão a

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

534 gente tem um cronograma nesse edital. Então, ele poderá ser alterado em razão dessa  
535 decisão, por isso que não foi ainda startado esse momento de análise do edital com o  
536 Comitê Eleitoral para depois a apresentação a plenária. Então, temos aqui já algumas  
537 inscrições. O Thiago.

538 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Basicamente, Presidente, para  
539 concordar, acredito que esses dois meses serão importantes para que possamos realizar  
540 uma transição entre esta formação e a próxima se forma mais ordenada, até porque  
541 normalmente as reuniões de janeiro e fevereiro sempre tem dificuldade para conseguir  
542 *quorum*, são meses que as pessoas estão em férias. Acho que também o Conselho iniciar  
543 as reuniões em janeiro possa trazer prejuízos para o andamento do Conselho. Então, voto  
544 favorável para que possamos aprovar hoje a prorrogação dos mandatos até fevereiro.  
545 Obrigado.

546 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
547 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada. De fato, janeiro e fevereiro a gente tem também  
548 essa dificuldade de quorum, não sei se algum conselheiro tem alguma oposição a essa  
549 prorrogação, que quisesse fazer alguma declaração nesse sentido? Senão poderíamos  
550 colocar em deliberação. José Renato.

551 **José Renato Barcelos, MJDH:** Rapidamente, só para lembrar que nós já havíamos  
552 deliberados sobre a necessidade de fazer uma transição adequada, né, Ângela, para os  
553 próximos meses. Ratifico também da parte do Movimento, acho que temos que prorrogar.

554 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
555 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito! Se ninguém tiver oposição, podemos fazer a  
556 aprovação por aclamação? Todos concordam? De acordo? Perfeito. Então, nós  
557 providenciaremos a documentação para a publicação. **APROVADA A PRORROGAÇÃO.**  
558 Então, passamos agora para o último ponto da nossa pauta:

559 **4.3. DELIBERAÇÃO SOBRE PROCESSO SEI Nº 18.0.000045575-61.**

560 Temos aqui o Professor Paulo Brack, que fará o relato. Questão de Ordem, José Renato?

561 **José Renato Barcelos, MJDH:** Rapidamente, eu poderia levar mais tarde, mas já vou  
562 aproveitar e consignar agora, Ângela, que é o seguinte: eu vou reiterar a retirada do ponto  
563 de pauta por descumprimento dos requisitos essenciais, que nós ouçamos, então, as  
564 colocações em caráter meramente informativo. Certo? E que ambos os CTs formalizem  
565 os seus pareceres conjuntamente, com lavratura de ata dessas deliberações. É nesse  
566 sentido que eu encaminho, que sejam ouvidas as disposições em caráter meramente  
567 informativo, reiterando a retirada do ponto de pauta. Obrigado.

568 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
569 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Mais alguém tem alguma colocação em relação à  
570 colocação do Conselheiro José Renato, que propõe que sejam meramente informativas  
571 apresentações e não haja nenhuma deliberação a respeito?

572 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Pela ordem, Presidente. Eu  
573 acredito que tenhamos que colocar em votação, Presidente, a sugestão do Conselheiro,  
574 se o Conselho concorda que seja meramente informativo ou se segue o rito normal  
575 previsto em resolução e no regimento, para que seja discutido e depois deliberado.

576 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
577 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Então, vamos começar. Então, a votação é no  
578 seguinte sentido, a proposta do Conselheiro José Renato é que as apresentações sejam

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

579 meramente informativas e que os processos prossigam nas câmaras técnicas. É isso,  
580 Conselheiro?

581 **José Renato Barcelos, MJDH:** Só gostaria de fazer um pequeno adendo.

582 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
583 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Objetivamente, qual é a sua proposta, Conselheiro?

584 **José Renato Barcelos, MJDH:** Na realidade, eu estou propondo a retirada do ponto de  
585 pauta por, no meu entendimento, descumprimento dos pré-requisitos legais que amparam  
586 o Comitê Executivo. O Comitê Executivo precisa deliberar e as CTs também, por ato  
587 formal. Inclusive, vai ao encontro das boas práticas.

588 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
589 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Bom, então, é retirada de pauta a sua proposta.

590 **José Renato Barcelos, MJDH:** Cumpridas essas formalidades eu peço a retirada do  
591 ponto de pauta.

592 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
593 **Sustentabilidade – SMAMUS:** A proposta do Conselheiro Thiago é que votemos sobre a  
594 retirada de pauta.

595 **Fabiana da Silva Figueiró, FIERGS:** Eu acho que seria importante nós ouvirmos as  
596 considerações do Conselheiro Paulo Renato, em relação à questão da retirada de pauta,  
597 porque seria importante retomar, Jose Renato, aqui por qual motivo esse processo foi  
598 pautado hoje. Acho que uma manifestação em relação a porque manter em pauta esse  
599 processo. Aí se a doutora ou alguém que faça parte do Conselho, da comissão que  
600 decidiu nesse sentido pudesse manifestar para que nós possamos entender também o  
601 outro aspecto dessa questão, eu agradeceria.

602 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
603 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Nós entendermos que seria de incluir na pauta, porque a  
604 Câmara Técnica de Legislação Ambiental entendeu que houve, aí entrando um pouco no  
605 mérito, evidentemente, entendeu que houve a perda do objeto inicial do encaminhamento  
606 que foi feito para a Câmara Técnica de Legislação. O processo foi para a Câmara Técnica  
607 de Legislação com o objetivo da câmara analisar se a competência municipal, legal e  
608 municipal, para o Município estabelecer uma lista de espécies raras e ameaçadas de  
609 extinção da flora. Então, por uma questão de competência. Toda via, o estudo que foi  
610 recebido da CTAMPUR expressamente relata que o objetivo do estudo e do  
611 estabelecimento de uma lista é uma questão locacional, identificar as espécies da lista  
612 estadual que estão ameaçadas de extinção ou raras que se encontram em Porto Alegre e  
613 o local em que elas estão situadas. Então, a Câmara Técnica de Legislação entendeu de  
614 devolver o processo para a plenária, com o entendimento de que houve uma perda de  
615 objeto, que não era uma nova lista de espécies ameaçadas de flores, que esse foi o  
616 encaminhamento inicial, conforme estava em ata de 25 de fevereiro. Por isso que nós  
617 entendemos, eu e o Secretário, entendemos que deveria ser colocado em plenário para  
618 que nós pudéssemos ouvir ambas as câmaras técnicas e entender qual é o objeto  
619 propriamente dito, a partir dessa apresentação e com isso o plenário decidir qual o  
620 encaminhamento ser dado nesse sentido. Eu entendo a manifestação aqui dos  
621 conselheiros Paulo Renato e da Simone, mas não há nenhuma intenção de melindrar  
622 ninguém nesse sentido, mas nós entendemos que o plenário é que deveria fazer essa  
623 análise, porque a demanda saiu daqui do plenário e ela está um pouco confusa do que foi  
624 proposto no início. E nós lá na Câmara Técnica, na primeira reunião que tivemos lá em

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

625 março, nós debatemos nesse sentido de saber qual era o escopo e o objetivo, e  
626 entendemos que como Câmara Técnica de Legislação nós tínhamos que analisar a  
627 pertinência legal, jurídica. E nesse sentido foi o encaminhamento inicial, e depois quando  
628 recebemos o estudo recebemos numa outra perspectiva, não em uma nova lista, mas de  
629 uma identificação das espécies que ocorrem em Porto Alegre e onde elas ocorrem. Então,  
630 os meus colegas integrantes da Câmara Técnica de Legislação me corrijam se eu estiver  
631 errada. Desculpa se eu acabei adiantando aqui o parecer, não queria entrar no mérito,  
632 mas essa foi a situação. Então, me parece que a gente precisa fazer uma informação aqui  
633 para todos os conselheiros e a plenária fazer um encaminhamento que entenda em  
634 relação a isso, porque temos que de alguma forma finalizar esse processo, algum  
635 encaminhamento temos que dar, essa é a função de uma câmara técnica. Então, é nesse  
636 sentido, Conselheiro José Renato, que nós chamamos hoje as duas câmaras técnicas,  
637 com relatores que foram indicados cada um com seus presidentes, para que nos  
638 trouxessem aqui quais foram as suas conclusões e o plenário decidir um  
639 encaminhamento ser dado. Então, me parece que não há nenhum absurdo nesse  
640 sentido, nem que o encaminhamento seja “não está amadurecido”, “não está claro”,  
641 “precisamos saber tal ponto ou outro ponto”. Então, é esse o objetivo que eu e o  
642 Secretário entendemos de colocar aqui para o plenário. Conselheiro Fabiana, não sei se  
643 esclareci bem.

644 **Fabiana da Silva Figueiró, FIERGS:** Esclareceu sim, Doutora Ângela. Então, nós  
645 estamos aqui votando a partir do retorno dessas demandas por parte das câmaras  
646 técnicas a fim de definir o encaminhamento.

647 **Simone Strigleder Botelho, AMA Guaíba:** Eu gostaria de um esclarecimento. Eu  
648 analisei o processo que foi disponibilizado no SEI e eu vi que o e-mail de  
649 encaminhamento para as duas CTs, não sei se os conselheiros tiveram oportunidade de  
650 dar uma olhada nos documentos. Dizia que o processo estava indo para a CTLEAMB e  
651 para a AMPUR para verificar o interesse do COMAM em dar prosseguimento à lista  
652 referida. Este foi o encaminhamento e não se o Município tinha competência ou não. Era  
653 se o Conselho entendia que deveria dar prosseguimento a essa lista ou não. Então, é  
654 uma das coisas que eu comecei a ficar, gente, tem uma posição de uma câmara e tem a  
655 posição de outra câmara. Se o Conselho vota um parecer, da LEAMB, e não analisa o  
656 parecer da AMPUR, nós vamos estar escolhendo um dos pareceres. Então, é um em  
657 detrimento do outro. A apresentação aqui eu acho que tudo bem, vamos incluir o ponto de  
658 pauta em questão de uma apresentação do relato das câmaras técnicas, em que ponto  
659 está, como está. Mas quando chegou para nós no comitê, chegou só o parecer da  
660 LEAMB, não chegou o da AMPUR. E eu não sei se os conselheiros aqui tiveram acesso  
661 ao parecer, aos documentos que a AMPUR produziu. Então, a minha sugestão foi,  
662 inclusive no Comitê Executivo, que as duas CTs se reunissem novamente, porque teve  
663 uma reunião conjunta no início do processo, mas que depois do processo todo feito por  
664 uma ou por outra, que as duas se reunirem novamente e o Conselho pode deliberar isso.  
665 O COMAM pode deliberar se as duas devem ou não se reunirem para dar um parecer  
666 conjunto. O problema é a gente ter que escolher ou um, ou outro. Entendeu? É isso que  
667 não está amadurecido, essa decisão que não está amadurecida.

668 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
669 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira Simone, todo o material da CPAMPUR,  
670 assim como da CTLEAMB está dentro do processo que foi o link para todos os  
671 conselheiros, para todos os conselheiros terem acesso ao material de ambas as câmaras  
672 técnicas.

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

673 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Presidente, só para esclarecer que  
674 o encaminhamento se deu na reunião de fevereiro, está gravado e foi muito claro. O  
675 encaminhamento foi meu e, inclusive, seu no mesmo sentido, que fosse remetido à  
676 Câmara Técnica de Legislação para que analisasse a legalidade da edição desse tipo de  
677 norma por parte do Município de Porto Alegre. Isso está muito claro no encaminhamento  
678 que fizemos na reunião ordinária de fevereiro. Então, se há alguma dúvida eu peço,  
679 inclusive, que seja enviado a ata aos conselheiros para que se esclareça qual foi o  
680 encaminhamento desse expediente, como se deram as câmaras técnicas.

681 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
682 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Exatamente. Eu acho que nós podemos ouvir as  
683 manifestações. Podemos fazer aqui uma análise dessas manifestações das duas  
684 câmaras técnicas. E aí fazemos uma proposta de encaminhamento, esse é o meu  
685 encaminhamento aqui neste primeiro momento. Vamos ouvir o Professor Paulo Brack,  
686 vamos ouvir a Câmara Técnica de Legislação e aí fazemos um encaminhamento que o  
687 Conselho entender adequado para a situação. É muito importante que a gente entenda  
688 que a análise de mérito dos resultados que vêm das câmaras técnicas ou dos grupos de  
689 trabalho que as câmaras técnicas formam, essa análise de mérito tem que ser do  
690 Conselho, da plenária. O comitê decidir se vão fazer não me parece adequado, isso não  
691 está expressamente no nosso regulamento, que é a Resolução nº 001/2011, mas me  
692 parece que é algo de senso. Se é o Conselho, a plenária que encaminha demanda para  
693 as câmaras técnicas, quando as câmaras técnicas entendem que elas estão prontas,  
694 independente do resultado, cabe ao conselho ser informado disso e julgar esse mérito e  
695 analisar. Parece que é por aí. Então, temos a concordância de todos para a apresentação  
696 aqui? Temos a concordância de que todos vão ouvir, vamos ouvir as informações das  
697 duas câmaras técnicas? Todos concordam com isso? Alguém se opõe a esse caráter  
698 inicialmente informativo? Aí pode manifestar no chat a oposição se houver, caso contrário  
699 passamos à apresentação do que as câmaras têm até o momento e aí fazemos o  
700 encaminhamento. Pode ser? Então, vamos começar com a apresentação. Começamos  
701 com a CTAMPUR.

702 **Paulo Brack, UFRGS:** Boa tarde a todos. Vou tentar colocar aqui o compartilhamento e  
703 aí nós vamos conversando. Então, vamos lá. Inicialmente, eu considero que nós tivemos  
704 uma reunião conjuntamente, eu estou presidindo a Câmara Técnica de Áreas Naturais e  
705 Paisagem Urbana, estou pela AMA, e nós tivemos uma reunião conjunta com a Câmara  
706 Técnica de Legislação e Educação Ambiental. Naquele momento teve alguns  
707 questionamentos ao procedimento, enfim, e a gente acreditava que poderia haver uma  
708 segunda reunião para ver a possibilidade de uma convergência ou não. Se isso não  
709 existe, tranquilo. Só que, o que acontece? Eu acho que o encaminhamento das nossas  
710 câmaras técnicas tem que estar finalizado. Nós tínhamos uma reunião na semana  
711 passada para a ata relativa a esse assunto que foi deliberado por unanimidade na nossa  
712 câmara técnica, favorável ao encaminhamento, não só do reconhecimento dessas listas  
713 aqui em nível municipal, reconhecimento das espécies ameaçadas e raras de Porto  
714 Alegre, porque raras não existe em nenhum local. Nós fizemos um trabalho de muito  
715 tempo, depois vou explicar. Então, o reconhecimento dessas listas pelo Município seria  
716 muito importante. Então, finalizamos lá, só que não conseguimos aprovar a ata. então,  
717 considerávamos que esse assunto precisaria ter sido aprovado pela reunião ordinária da  
718 câmara técnica. Então, até houve de certa maneira, eu recebi de parte da Secretaria  
719 Executiva do COMAM, dizendo que não estaria em pauta aquele documento, porque foi  
720 decidido no Comitê Executivo que esse assunto não estaria pautado. Eu recebi o e-mail,  
721 foi a Eliete que me encaminhou, que é a técnica responsável por isso. Eu posso depois

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

722 até repassar para vocês aí. Eu fiquei um pouco mais tranquilo, porque nós queremos  
723 tentar ver se existe uma possibilidade de entendimento, até porque o relatório referente a  
724 Câmara Técnica de Legislação, nós ficamos sabendo por outros companheiros, nós não  
725 fomos comunicados, a gente não teve acesso a esse parecer, eu verifiquei que existes  
726 equívocos dentro desse parecer. Primeiro, um deles diz assim, que o INGÁ esteve de  
727 acordo com o arquivamento do assunto há uns anos atrás. Nós não estivemos favorável  
728 ao arquivamento desse processo lá no Ministério Público. Naquele momento, aquele  
729 parecer já não estaria mais sujeito a uma avaliação, porque nós tínhamos que o mérito do  
730 assunto deveria voltar e esse assunto ser atualizado, o que foi agora. Então, naquele  
731 momento, aquele parecer, a gente foi favorável ao arquivamento porque nós queríamos  
732 mais tempo para aprimorar. Então, essa é uma que questão, o INGÁ não teve a intenção  
733 de arquivar o assunto. Segundo, no parecer não aparece nada relativo às raras, o parecer  
734 da Câmara Técnica de Legislação não aparece nada sobre a questão das espécies raras,  
735 não foi mencionado nada, inclusive, para os outros membros ambientalistas que estavam  
736 presentes, para a gente saber o escopo da discussão, me pareceu um relatório muito  
737 simplificado. Mas tudo bem, eu nós vou entrar no mérito, mas só digo que se houvesse  
738 um entendimento maior, talvez poderiam ser esclarecidas essas questões. Mas se é a  
739 decisão da câmara técnica, ela tem toda a legitimidade para decidir e nós vamos  
740 apresentar no momento oportuno para ser deliberado, mas queríamos sim que esse  
741 documento tivesse acesso a todos os membros, não só no SEI, porque o SEI é  
742 complicado, vocês sabem como é o SEI. Então, eu acho que poderia ir um anexo na  
743 convocação com todos os documentos, inclusive o documento mais simplificado do que  
744 foram os anexos junto a esse documento. Então, eu me estendi um pouco, mas é  
745 importante a gente destacar que houve uma tentativa de entendimento e que depois, a  
746 outra câmara técnica não nos deu nenhum tipo de satisfação – Olha, não vai ter mais.  
747 Não, não ficamos sabendo. Esperávamos que ocorresse uma nova reunião, mas tudo  
748 bem, fomos pegos de surpresa com o relatório. Eu acho que isso não contribui em nada,  
749 mas o que vamos fazer? Então, voltando à apresentação aqui, essa lista, na realidade, é  
750 uma lista para ser reconhecida oficialmente pelo Município, porque nós utilizamos nas  
751 listas de espécies ameaçadas a lista do Decreto 52.109/2014. Esse decreto estadual lista  
752 804 espécies, nós fizemos um trabalho, levou 5 anos para se fazer um filtro para ver o  
753 que tem Porto Alegre, porque a SMAMUS não sabe o que tem em Porto Alegre de flora e  
754 fauna, ninguém sabem, nem nós sabíamos. Tivemos 5 anos para podermos ir nos  
755 registros e buscar. Então, se o Município de Porto Alegre não sabe o que tem de ameaça,  
756 até pergunto: como vai fazer licenciamento onde tem espécies ameaçadas? Eu vou citar  
757 um caso, o Loteamento Ipanema, três espécies ameaçadas não constavam no relatório  
758 da empresa consultora que fez o estudo. Fui lá, verifiquei três espécies ameaçadas e que  
759 não constavam no relatório da empresa. Por quê? A própria SMAMUS talvez na época  
760 não sabia, a empresa não colocou. Então, é importante que isso seja um referencial não  
761 só para a questão de licenciamento, muito mais para outras políticas públicas. Pessoal, a  
762 situação é dramática, eu enquanto professor estou verificando isso. Em 1993 eu era  
763 técnico da SMAMUS e fiz o Seminário SOS Biodiversidade, há 28 anos, naquela época já  
764 tínhamos elencado uma série de situações que deveríamos ter enfrentado. Até hoje,  
765 passados 28 anos, não fizemos quase nada em relação a esse tema. Então, a gente quer  
766 sim de forma pró-ativa, eu como professor da universidade estou aqui tentando através do  
767 COMAM trazer uma coisa para a gente construir. Agora, se a outra câmara técnica diz  
768 que não é pertinente, eu quero saber qual é o plano B. Então, qual é o outro plano B?  
769 Então, se não é pertinente, não é papel da SMAMUS ou do COMAM, o que a gente vai  
770 fazer com isso? Porque o Município do Rio de Janeiro, o Município de São Paulo, o  
771 Município de Pelotas, já existe documentos oficiais reconhecendo essas espécies. Por

## **Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

### **REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

772 que Porto Alegre vai ficar fora? Estou sendo enfático, me desculpem, mas, então, esse  
773 reconhecimento oficial é necessário. Nós tivemos 14 membros, a maior parte deles com  
774 doutorado, fizeram parte de um grupo de trabalho, porque a Câmara técnica de Áreas  
775 Naturais chamou um grupo técnico, as pessoas participaram de maneira voluntária, um  
776 que nos engrandece, porque tiveram o trabalho de auxiliar esse tema. A lei orgânica de  
777 Porto Alegre já diz no artigo 245 e outros, que são áreas de APP as que contemplam  
778 espécies raras e ameaçadas de extinção. Então, esse tema já está na lei orgânica e nos  
779 acordos internacionais. Então, dentro das justificativas, quer dizer, Porto Alegre está se  
780 estendendo para a zona sul, várias áreas naturais estão se perdendo. Então, a gente vê  
781 tristemente que a gente tem que fazer alguma coisa em relação a isso. Eu reitero,  
782 inclusive o Rio de Janeiro já tem um decreto, de 97, que reconhece a lista das espécies  
783 ameaçadas, com criação de programa de biodiversidade. Nós temos aqui já um elemento  
784 para criarmos um programa, se nós tivermos uma lista da fauna ameaçada, então, melhor  
785 ainda. O Município de São Paulo também tem um documento oficial, da Secretaria  
786 Municipal de São Paulo, que lista a flora nativa no Município de São Paulo ameaçadas de  
787 extinção, é a mesma coisa que estamos fazendo aqui, pessoal. São Paulo já fez em 2016,  
788 por que negar isso? Por que dizer que não é pertinente para Porto Alegre? Qual é o plano  
789 B que nós vamos ter? O plano B não esteve apresentado pela outra câmara técnica. O  
790 que nós vamos fazer? Simplesmente dizer que não é pertinente e arquivar-se? Isso é  
791 suficiente? Então, o Conselho Municipal de Meio ambiente de Pelotas encontrou uma  
792 espécie nova de lagarto e que nós estava na lista de 2014, que as duas listas de flora e  
793 fauna do Estado são de 2014, em 2016, 2017, incluíram na Resolução nº 01/2018, onde  
794 determina sobre uma espécie, nós temos 80 em Porto Alegre. Então, dentro da  
795 metodologia, pegamos o Município de Porto Alegre, olhamos herbários durante 5, 6 anos,  
796 utilizamos os critérios da UCN, que são os critérios mundiais adotados, são critérios que o  
797 próprio decreto estadual... Mas isso no que se refere a espécies ameaçadas, no que se  
798 refere às espécies raras nós obtivemos pelo menos um critério dentro do grupo, plantas  
799 com somente duas ocorrências dentro da Cidade de Porto Alegre. Então, uma das  
800 espécies é uma planta muito bonita, a gente não tem foto dela, ela foi encontrada em  
801 2009, 2010 somente no Morro São Pedro, se ela desaparecer naquele morro, desaparece  
802 para sempre, a extinção é para sempre. Existe outra situação, outra espécie que aqui não  
803 coloquei, que é uma espécie, um gênero de plantas medicinais usadas para  
804 rejuvenescimento ou para memória, é um alcaloide que existe dentro desses gêneros.  
805 Essa espécie foi descrita em 2016, 2 anos depois da lista estadual e está sendo sugerida  
806 que ela seja incluída na lista do Estado, só que a lista do Estado deveria ter sido revista  
807 em 2018 e não foi até agora não vai ser, talvez 2022, a gente não sabe. Esse processo foi  
808 parado lá, porque a Fundação Zoobotânica que coordenava, mas foi extinta. Então, a lista  
809 estadual está parada lá, várias espécies que foram descritas com situação de ameaçada  
810 vão ficar de fora. É por isso que esse trabalho nosso está mostrando que essa outra  
811 espécie de ipérico é muito importante e só ocorre no Morro Santa Teresa. Então, nós  
812 temos duas espécies que só ocorrem em Porto Alegre. Então, esses dados não existem  
813 em outros locais. Nós buscamos o entendimento desse grupo. E aí tem mais questões,  
814 das 80 espécies 42 são de campo, os campos são tão importantes e não são  
815 considerados. Na época que eu trabalhava na SMAMUS os empreendedores pediam para  
816 construir e na Secretaria de Planejamento eles perguntavam: tem floresta ou não tem?  
817 Não tem. Então, não tem problema. Então, 42 espécies, a maior parte das espécies é de  
818 campo. Os campos estão desprotegidos, nós não temos uma lei da mata atlântica aqui  
819 em Porto Alegre que proteja campos, só protege florestas. O mero arquivamento do  
820 processo vai resolver alguma coisa? Bom, eu vou acelerar, porque eu tempo já está  
821 estourando. Então, as formas biológicas, as ervas, a maior parte das plantas ameaçadas

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

822 são ervas, não são árvores, somente duas espécie, árvores ou palmeiras que  
823 correspondem às plantas que a gente mais enxerga, enquanto que outras plantas que são  
824 pequenas a gente não enxerga. Então, aproximadamente, 42 espécies são de campo e a  
825 maior parte delas de ervas. Então, são informações que nós não tínhamos e que são  
826 muito importantes para os técnicos da SMAMUS. Espécies raras encontramos 28  
827 espécie, ipérico que só ocorre no Morro Santa Teresa. Nós temos que fazer um  
828 levantamento para que essas plantas não venham a desaparecer. Finalizando, nós temos  
829 uma proposta de resolução, que também não foi alvo de uma construção, mas nós temos  
830 uma resolução, como teve uma resolução em Pelotas ou decreto, enfim, alguma coisa  
831 que seja reconhecida. Então, a nossa proposta de resolução traz toda a questão dos  
832 objetivos do desenvolvimento sustentável, que fala em tomar medidas urgentes e  
833 significativas a estancar a perda da biodiversidade, da depredação do meio ambiente, as  
834 metas da biodiversidade que não foram atendidas porque não tem programas. Os  
835 governos não estão atentos, mas estão nos acordos internacionais e está na lei orgânica.  
836 Então, se a lei orgânica fala em espécies ameaçadas como é nós vamos resolver esse  
837 problema? A Conferência de Meio ambiente já traia esse tema, né! São 4 artigos, é uma  
838 resolução simples, é só o reconhecimento que a gente quer, pessoal! Não vai doer em  
839 ninguém.

840 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
841 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Professor Paulo, muito obrigada pela sua explicação.  
842 Apenas eu só fiquei com uma dúvida, se o senhor puder me esclarecer rapidamente, no  
843 documento que o senhor redigiu há alguma uma espécie como uma espécie encontrada  
844 que não está na lista estadual. É isso? Perfeito! Obrigada. Só queria essa confirmação.  
845 Então, agora eu passo a palavra ao Presidente da CTLEAMB para fazer o relato de como  
846 o processo se deu dentro da Câmara Técnica de Legislação Ambiental e Educação  
847 Ambiental. Por favor!

848 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Presidente, infelizmente, a colega  
849 Andrea está impossibilitada de fazer o relato, ela foi a relatora designada pela câmara  
850 técnica, ela está com problemas familiares, infelizmente. Mas eu darei leitura ao relatório  
851 que ela fez e foi aprovado pela câmara técnica. É um relatório sucinto, até porque câmara  
852 técnica decidiu não analisa o mérito de documentos encaminhados pela CTAMPUR, em  
853 razão de entender que isso acabaria por destoar do objeto original encaminhado pelo  
854 Conselho. Então, eu vou ler o parecer da câmara técnica. O processo SEI eu não vou ler,  
855 interessado é o COMAM. O processo foi encaminhado dia 25/02 pelo conselho às  
856 Câmaras Técnicas de Legislação Ambiental e à Câmara Técnica de Áreas Naturais e  
857 Paisagens Urbanas: “Dos fatos da demanda: o tema foi discutido em plenária COMAM em  
858 25/02/2021, encaminhado às Câmaras Técnicas de Legislação e Educação Ambiental e  
859 de Áreas Naturais, com o esclarecimento que o inquérito civil existente havia sido  
860 arquivado em 2019 pela Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente na data de  
861 15/08/2019. Diante disso, foi pauta das reuniões desta câmara técnica no dia 09/04/2021,  
862 uma reunião ordinária, dia 26/06/2021, reunião extraordinária, inclusive com a  
863 participação dos membros da Câmara Técnica de Áreas Naturais, e 09/06/2021 foi pauta  
864 da reunião ordinária. O questionamento inicial no inquérito referido foi a denúncia de o  
865 Município não possui uma lista as espécies de fauna ameaçados de extinção. No  
866 inquérito o representante da entidade (Inaudível) declara que todas as espécies que se  
867 pleiteava na lista em questão consta no Decreto Estadual 52.119/2014. E aí essas são as  
868 folhas 150 e 151 do inquérito. A posição da SEMA, da Secretaria Estadual de Meio  
869 Ambiente, que a normativa municipal é desnecessária, porque já existe uma normativa  
870 estadual que trata do tema. O demandante a ser inquirido em 2019 sobre a discussão a

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

871 ser (Inaudível) na continuação da investigação. O inquérito desse modo foi arquivado em  
872 agosto com as seguintes afirmações: o INGÁ, instituição que pleiteou na qualidade de  
873 demandante requereu o arquivamento. A lista estadual constante no Decreto 52.119/2014  
874 é observado no licenciamento municipal, conforme afirmação da Secretaria Municipal de  
875 Meio Ambiente e Sustentabilidade em 2019. É ausente a competência municipal para o  
876 tema, conforme a Lei Complementar 140/2011, uma lei federal, que trata sobre as  
877 competências da União, dos estados e municípios sobre os temas ambientais”. E aí o  
878 parecer das entidades: “O assunto foi debatido em diversas reuniões da câmara técnica,  
879 elaborados pareceres por cada integrante da câmara técnica a cerca das razões e  
880 entendimentos. Manifestaram-se pela impossibilidade legal de elaborar uma lista  
881 municipal as entidades, a federação de indústrias do Rio Grande do Sul, a Universidade  
882 Federal do Rio Grande do Sul e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e  
883 Sustentabilidade. Por entender que tal lista não encontra respaldo no ordenamento  
884 jurídico, notadamente ao fluxo da Lei Complementar 140/2011. O parecer da Ordem dos  
885 Advogados do Brasil entendeu que apesar de não estar elencado haveria a possibilidade  
886 da criação de uma lista de espécies de flora ameaçadas de extinção pelo Município de  
887 Porto Alegre. A ONG Toda Vida entendeu que só poderia haver uma lista com espécies  
888 que não constasse na lista estadual e nem federal. A AGAPAN manifestou-se favorável à  
889 lista por entender que seria importante instrumento técnico de secretaria. Diante do  
890 exposto, por três votos, dadas as informações e modificações da demanda feita nas  
891 reuniões conjuntas, a CTLEAMB votou pelo não acolhimento da demanda. Sugerindo o  
892 retorno do expediente ao Presidente do COMAM por perda do objeto, uma vez que após  
893 esses pareceres supramencionados a própria Câmara Técnica de Áreas Naturais  
894 esclareceu que o não seria uma lista municipal e sim a ocorrência das espécies da lista  
895 estadual nos limites de Porto Alegre. É o relato em 10 de dezembro de 2011. Andrea  
896 Loguércio, representante da UFRGS na CRLEAMB”. O que nós aqui queremos  
897 esclarecer, que é muito importante salientar sobre o tema? Quando a discussão chegou à  
898 Câmara Técnica em que estão os colegas, a Fabi, a Ângela, a Andrea, nós basicamente  
899 debatemos se haveria ou não competência do Município a esse tipo de norma. Nós  
900 emitimos pareceres nesse sentido. Passado isso, houve o envio desses documentos da  
901 Câmara Técnica de Áreas Naturais e nós constatamos que não estávamos tratando da  
902 edição de uma lista de espécies ameaçadas, uma lista municipal, mas sim que ali se  
903 buscava pleitear esse reconhecimento dessa lista estadual da sua incidência geográfica  
904 nos limites do Município. Então, nós não sentimos à vontade a dar continuidade por  
905 entender que o tema em questão estava muito longe do expediente original e que caberia  
906 ao Conselho definir se esse debate deveria continuar nas câmaras técnicas, ou se seria  
907 novo expediente, ou se caberia para a própria Câmara Técnica de Legislação analisar a  
908 legalidade ou não desse pleito da Câmara Técnica de Áreas Naturais. Basicamente, foi a  
909 nossa sugestão, acolhido por unanimidade da câmara técnica pela perda do objeto e o  
910 envio do expediente ao Conselho. Então, nesse sentido, acredito que esteja esclarecido,  
911 nós entendemos que não entramos no mérito e a câmara técnica em nenhum momento  
912 pediu o arquivamento do tema ou que o tema deveria ser encerrado, basicamente se  
913 decidiu que deveria voltar o expediente para que o Conselho, que nos demandou, bom é  
914 o caso de continuar a discussão, é o caso de vocês analisarem o documentos que foram  
915 trazidos pela Câmara Técnica de Áreas Naturais, se é passível de legalidade, se é  
916 possível essa resolução ser aprovada pelo Conselho, se o conselho tem atribuições. Isso  
917 do ponto de vista legal. E também é o nosso encaminhamento, Presidente, que esse  
918 expediente seja reenviado novamente à Câmara Técnica de Legislação para que nós  
919 possamos analisar o teor do relatório da Câmara Técnica de Áreas Naturais na forma de

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

920 um novo processo e novo expediente para que fosse novamente rediscutido, ou melhor,  
921 discutido na nossa câmara técnica. É isso, Presidente.

922 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
923 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Exatamente o que nós discutimos na câmara técnica, que  
924 nós entendemos que havia aqui um objeto um tanto diferenciado na inicial. Então, nós  
925 precisaríamos devolver o expediente a este conselho para que o conselho pudesse aqui  
926 fazer o encaminhamento, se entender de nós fazermos uma nova análise e aí fazer a  
927 análise de mérito, inclusive com os técnicos da Secretaria. É nesse sentido, porque  
928 alguns pontos da fala do Professor Paulo Brack, em nome da Secretaria de Meio  
929 Ambiente quero dizer que tem alguns pontos que nós teríamos que nos manifestar, até  
930 porque não concordamos totalmente. Inclusive, o Diretor de Licenciamento e  
931 Monitoramento Ambiental está me acompanhando aqui na reunião, fora, não na reunião,  
932 mas está aqui próximo de mim, e ele disse que nós estamos observando a lista estadual.  
933 Então, nós temos aqui que ter a consciência de que a Secretaria observa essa questão da  
934 flora em extinção. Então, já temos até algumas políticas públicas traçadas nesse ponto.  
935 Queria apenas deixar esse registro. Então, eu concordo com o encaminhamento do  
936 Conselheiro Thiago nesse sentido. Não sei se alguém tem algum outro encaminhamento  
937 que gostaria de fazer. Temos aqui a fala da Fabiana e depois Conselheira Karen  
938 Machado.

939 **Fabiana da Silva Figueiró, FIERGS:** Boa tarde, colegas. Eu gostaria de antes de mais  
940 nada deixar aqui registrada a minha profunda solidariedade a colega Andreia,  
941 representante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que está passando por um  
942 difícil momento de saúde na família, mais um episódio como tantos outros, centenas de  
943 milhares que já tivemos, com o marido hospitalizado em função da Covid. Então, fica aqui  
944 no meu registro de carinho e de melhoras à saúde da família. A Andreia teve uma  
945 participação bastante ativa ao longo da discussão desse expediente. Aliás, uma  
946 discussão já bastante alongada, nós temos nos debruçado sobre esse tema já em  
947 algumas reuniões no âmbito da câmara técnica. E eu sei que ela está acompanhando  
948 aqui, embora também tenha essas questões pessoais para administrar. Eu gostaria  
949 também de saudar o Thiago, o Presidente da Câmara de Legislação, pelo relato  
950 realizado, que na minha opinião é extremamente fiel ao andamento do expediente, é o  
951 que foi debatido, encaminhado pela Câmara de Legislação, aliás, um encaminhamento  
952 que foi unânime nessa nossa última reunião. O fato é que nós realmente discutimos a  
953 partir de uma demanda que veio da plenária do COMAM, discutimos quanto à viabilidade  
954 legal, porque esse é o nosso papel enquanto Câmara de Legislação e Educação  
955 Ambiental, quanto à viabilidade legal do estabelecimento de uma lista de espécies  
956 ameaçadas própria, autônoma em relação ao Município de Porto Alegre. Essa avaliação  
957 foi objeto de discussão de diversos pareceres, um deles, inclusive, listado por mim  
958 enquanto representante da Federação das Indústrias, em que numa análise jurídica  
959 demonstramos que inexistente aqui por conta do sistema de distribuição de competência da  
960 Constituição Federal, dos ditames da Lei Complementar 140 que regulamenta as  
961 competências administrativas dos órgãos responsáveis aqui pelas ações administrativas  
962 na área de meio ambiente. Inexistente competência do município e desde Conselho para  
963 estabelecer uma lista própria e autonomia, na medida em que nós a partir do comando da  
964 legislação federal e da própria constituição temos essa listagem estabelecida no âmbito  
965 do Estado do Rio Grande do Sul. A partir desse momento, o que nós passamos a  
966 identificar foi um novo texto, que, então, não se compatibilizava com esse  
967 encaminhamento inicial que recebemos, no sentido de não mais criação de uma lista  
968 própria, mas sim reconhecimento das espécies já declaradas no âmbito estadual, dentro

## **Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

### **REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

969 do Muito de Porto Alegre. E nesse sentido, entendendo aqui que a pauta inicialmente  
970 trazida e aquela posteriormente objeto da minuta de resolução era diversa, nós  
971 entendemos em reencaminhar esse assunto para a plenária, questionando, então,  
972 trazendo essa questão de se seria ou não caso de uma análise diferente daquela que  
973 inicialmente nos foi proposta. Então, acho que esse é o objetivo da nossa discussão e foi  
974 exatamente nesse sentido que debatemos e que concluímos no âmbito da Câmara de  
975 Legislação. Muito obrigada!

976 **Karen Machado, OAB-RS:** Olá! Boa tarde. Tudo bem? Boa tarde a todos. Primeiro,  
977 queria acompanhar a Fabiana na solidariedade a Andrea, minha amiga também pessoal,  
978 estimando a rápida recuperação do familiar dela. E também parabenizar o Thiago pelo  
979 seu relato, o Professor Paulo Brack pela apresentação do material e de todo estudo que  
980 foi realizado. Apenas para fins de colaboração e para também entender e acompanhar o  
981 Thiago nesse encaminhamento de retorno às câmaras técnicas, porque nós entendemos  
982 pela alteração, não pela não necessidade, mas sim pela alteração da demanda. Então,  
983 acredito, apenas para reforçar isso. O que me pareceu? Claro, ressaltando também ao  
984 posicionamento da OAB, que entende pela possibilidade até considerando o parágrafo  
985 único do artigo 53 da lei do SNUC, a 9985/2000, foi a votação por maioria pela não  
986 possibilidade, não competência do Município para a criação de uma lista autônoma  
987 municipal, mas o que se visualizou, que interpretou é que a demanda estaria sendo  
988 alterada para a criação de uma resolução para demonstrar a ocorrência no Município de  
989 Porto Alegre. E na situação daquele espécime que foi identificado como especificamente  
990 de Porto Alegre, que não está reconhecida na lista estadual, esse sim fosse objeto, caso  
991 entendesse necessário, para se levar esse pleito para que fosse incluído no decreto  
992 estadual. Mas um posicionamento pessoal, que eu pude ver pela apresentação também  
993 do Professor Paulo Brack, é que nós visualizamos esses exemplos de normativas  
994 municipais, eles apresentam o reconhecimento com base na normativa estadual da  
995 ocorrência no município. Então, por esse motivo o nosso encaminhamento enquanto  
996 Câmara Técnica de Legislação é pelo retorno para se discutir essa alteração de  
997 demanda. Aí externando o meu posicionando pessoal, não que não haja essa importância  
998 desse debate, mas que adaptássemos o debate à realidade, algo que foi nos passado  
999 pela outra câmara. Apenas nesse sentido a minha manifestação e muito obrigada.

1000 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1001 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira Karen. Conselheiro José Renato.

1002 **José Renato Barcelos, MJDH:** Primeiro lugar, eu acho cumprimentar o Professor Paulo  
1003 pelas excelentes exposições. Eu acho que se criou certa celeuma em torno do objeto do  
1004 que nós íamos deliberar hoje. A própria deliberação também eu acho que entrou um  
1005 pouco nessa névoa que a gente um pouco se envolveu. Eu acho que não é o caso de  
1006 deliberação sobre o mérito e sim com os esclarecimentos, agora que veio de uma forma  
1007 muito clara pelo Professor Paulo e também com os esclarecimentos que o Thiago  
1008 aportou, com as ponderações que a Doutora Karen e a Doutora Fabiana colocaram. Eu  
1009 acho que a gente precisa aprofundar esse assunto, acho que é pertinente um reexame  
1010 pela LEAMB dessa matéria. Mas eu chamo atenção para uma questão muito importante,  
1011 eu acho que o critério que move toda a nossa preocupação é por dar efetividade ao  
1012 princípio constitucional da garantia e proteção do meio ambiente e da biodiversidade. Nós  
1013 temos que dar efetividade para isso e não nos determos muitas vezes em aspectos  
1014 legalistas que nós sabemos que podem ser questionados judicialmente a qualquer  
1015 momento, argumentos em vários sentidos. Mas a grande pergunta que se coloca é o que  
1016 efetivamente nós queremos para o Município de Porto Alegre. A posição do Paulo Brack é  
1017 muito clara da necessidade do Município ter a sua própria abordagem, a eleição dos

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

1018 critérios mais protetivos, são espécies endêmicas que uma vez surgidas, extintas, não  
1019 voltam mais. Nós precisamos é discutir isso. Qual a efetividade que nós temos que dar  
1020 para esse princípio. Eu acho que nós precisamos examinar com mais vagar, também não  
1021 entendo que enviar os expedientes, conselheiros e conselheiras, e a mesa também, não é  
1022 o suficiente, a gente precisa garantir e eu acho que esse é o espírito do artigo 20, do  
1023 Regimento do COMAM, se efetivamente houve, qual é a medida do efetivo  
1024 esclarecimento dos conselheiros. Essa matéria é complexa, precisa ser melhor  
1025 aprofundada. Então, não é matéria para deliberar hoje, nós precisamos reexaminar isso e  
1026 reitero, apoiamos também a resolução que foi proposta pelo Professor Brack, que acho  
1027 que é muito pertinente e que seja examinado nesse aspecto, o aspecto mais protetivo ao  
1028 meio ambiente. Quer dizer, o que o Município e o Conselho em si quer do ponto de vista  
1029 protetivo para a biodiversidade. Esse é o lema que deve nos orientar. Obrigado!

1030 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1031 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro. O Conselheiro Jairo.

1032 Jairo Luis Cândido, **CRBIO-3-RS/SC:** Boa tarde a todos e a todas. Primeiro, parabenizar  
1033 tanto o Professor Brack, quanto o Thiago pelas exclamações. Brack, só antes de mais  
1034 nada, a espécie aquela, o Bordignon, é em homenagem a quem eu estou pensando?  
1035 (Risos). Um colega nosso, é uma homenagem muito a um grande sistematra botânico do  
1036 Rio Grande do Sul, que é uma pessoa muito querida, o Professor Sérgio Bordignon. Mais  
1037 um motivo até para se preservar aquela área ali. É claro que tem que se levar em conta  
1038 as questões legais, as questões para cada ente o que lhe cabe, mas assim que já foi  
1039 demonstrado pelo professor Paulo Brack, nada impede que havendo uma lista estadual,  
1040 havendo uma demanda superior, o município não se manifeste no sentido de ampliar e  
1041 aprofundar a preservação dos espaços naturais, garantindo à sociedade esses espaços  
1042 preservados. Pensar apenas na lista estadual, ela está parada desde que a Fundação  
1043 Zoobotânica, infelizmente, foi ceifada, foi decepada do Rio Grande do Sul, de uma forma  
1044 totalmente equivocado e arbitrária. Não podemos nos basear em apenas – ah, vamos  
1045 mandar uma demanda para o Estado para colocar em uma lista que nem está sendo  
1046 atualizada, porque não tem quem faça isso, está completamente solto, não se sabe quem  
1047 que vai mexer nessa lista agora, que é a lista estadual, tanto de fauna, quanto de flora.  
1048 Seria até uma irresponsabilidade fazer isso, porque ninguém está fazendo nada,  
1049 infelizmente, porque não tem quem faça. A entidade que deveria ser responsável por isso  
1050 não apareceu, aí não se tem perspectiva de que outra assuma esse papel. Como foi  
1051 demonstrado, outros municípios aqui no nosso estado e em outros estados já têm esse  
1052 movimento de referendar o que está na lista estadual e principalmente trabalhar em cima  
1053 daquilo que está na Estadual, do que existe na sua região. Isso é fundamental! Como o  
1054 Professor Paulo colocou, para garantir mais efetividade na educação ambiental, para  
1055 garantir mais efetividade nas fiscalizações dos novos empreendimentos e para garantir  
1056 mais qualidade ambiental, benefícios sociais que o ambiente preservado pode trazer.  
1057 Nesse sentido, entendo que sim, concordo com o Conselheiro José Renato, temos que  
1058 aprofundar mais esse debate, não é um debate simples, não é algo que se resolva de  
1059 uma hora para a outra, tem que se aprofundar mais esse debate. Eu entendo que hoje  
1060 também não é um dia para se deliberar definitivamente sobre isso, foi muito esclarecedor  
1061 ouvir os dois relatos, mas entendo que precisamos aprofundar mais essas questões,  
1062 entender um pouco mais a fundo. E há de antemão, a proposta de resolução que o  
1063 Professor Paulo apresenta é bem pertinente dentro dessa perspectiva, mas que a gente  
1064 precisa aprofundar um pouco mais essa discussão toda. Era isso que eu queria  
1065 aprofundar. Obrigada.

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

1066 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1067 **Sustentabilidade – SMAMUS:** ENTÃO, me parece que temos dois encaminhamentos. É  
1068 isso?

1069 **Paulo Brack, UFRGS:** Muito obrigado por tudo. Eu me sinto um pouco entristecido pela  
1070 forma altamente burocratizada que vem se tratando. Eu estive na SMAMUS, eu larguei  
1071 emprego público, eu tinha sido concursado para a CIENTEC, isso em 1980, eu larguei  
1072 porque eu queria trabalhar na SMAMUS, porque eu queria proteger a biodiversidade. E ao  
1073 longo desses anos, são 30 anos que vem se passando desde que eu que eu entrei na  
1074 SMAMUS até agora e eu não vejo as coisas andarem. Então, isso me entristece. Então,  
1075 eu tento ver de alguma maneira como é que nós vamos levar adiante. E eu vejo um  
1076 empecilho altamente burocrático, eu penso o seguinte, se não há resolução, qual é a  
1077 alternativa? Que levantem alternativas, mas que seja alternativa viável de um programa. E  
1078 não é simplesmente uma cópia do que tem no estado. Olha só, o Bauduíno Rambo, o  
1079 maior naturalista do Estado, que coletou mais de 50 mil plantas, ele registrou na Costa  
1080 Gama duas ou três espécies que nós não conseguimos ter certeza se elas existem ou  
1081 não, por isso nós tiramos da lista. Mas se você fosse simplesmente pelo registro do  
1082 Balduíno Rambo, uma delas é pérsia-venosa, é parecida com um abacateiro nativo, que é  
1083 ameaçado no estado e que tem registro para Porto Alegre, mas nós, a equipe achou –  
1084 Olha, nós não vimos essa espécie, pode ter sido um erro. Então, nós tiramos várias  
1085 espécies que o grupo achou que não cabia incluir plantas que estão em registros. Porto  
1086 Alegre, inclusive, registra herbários, tem em Porto Alegre, em Viamão. Então, foi um  
1087 trabalho muito dedicado e eu diria que a SMAMUS não tinha condição de fazer isso. Ao  
1088 longo de muito tempo nós conseguimos fazer e nós acreditamos que esse instrumento...  
1089 Se não for uma resolução não tem problema, ninguém vai morrer, mas que pelo menos a  
1090 Secretaria e o COMAM pensem em um plano pró-biodiversidade que inclua fauna e flora  
1091 ameaçada, porque vocês estão vendo o que está sendo destruído, pessoal. Nós estamos  
1092 vivendo esse excesso de extinção em massa. Em 2019 saiu um parecer do painel  
1093 intergovernamental de biodiversidade no mundo, nós temos mais de 1 milhão de espécies  
1094 ameaçadas. Nós aqui no COMAM temos que fazer alguma coisa além de simplesmente  
1095 discutir as regras burocráticas. Então, eu me entristeço muito com a forma, com a  
1096 discussão que foi dada aqui, nós perdemos muito tempo em artigos, em coisinhas e de  
1097 fato muito pouco está sendo feito. Então, eu quero continuar no COMAM ainda, quero  
1098 continuar contribuindo, mas eu quero que todo mundo pegue junto para a gente construir  
1099 alguma coisa, algumas resoluções para a gente avançar. Muito obrigado, pessoal.  
1100 Desculpa o desabafo.

1101 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1102 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Por essa razão é que nós aqui da Câmara Técnica de  
1103 Legislação, agora falo como integrante dessa câmara, que nós entendemos que o  
1104 expediente deve voltar para as câmaras técnicas exatamente com esse sentido que foi  
1105 aqui relatado. Então, essa seria a nossa proposta de encaminhamento para hoje, para  
1106 que a partir da próxima reunião de outubro nós passamos voltar a rediscutir essa minuta  
1107 de resolução, o que vocês apresentaram, o que seja. Essa é a nossa proposta. O que  
1108 dizem os conselheiros? Retornamos o processo? Essa é que a proposta que a câmara  
1109 técnica apresentou.

1110 **José Renato Barcelos, MJDH:** Doutora Ângela, apenas uma questão de esclarecimento.  
1111 Sim, eu acho que o processo precisa voltar, mas é importante, acho que o Paulo Brack  
1112 levantou essa questão e é um viés que precisa ficar claro, que é o seguinte, o Município  
1113 de Porto Alegre pode ter a uma lista própria. Eu acho que é esse o encaminhamento com

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

1114 base na resolução que foi apresentada. E me parece que havia certa dúvida em relação a  
1115 isso, não é simplesmente um apêndice... É isso, Brack?

1116 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1117 **Sustentabilidade – SMAMUS:** É uma lista locacional.

1118 **José Renato Barcelos, MJDH:** Isso, com as peculiaridades próprias.

1119 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1120 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso, a partir do que eles encontraram, o estudo que eles  
1121 fizeram. Eles apresentam a lista, as espécies e onde eles estão localizados. Então, se for  
1122 para algum expediente que se estude isso, entraria como anexo me parece. O  
1123 encaminhamento, então, parece que seria esse, retornarmos o expediente com o objetivo  
1124 de analisar aqui essa proposta locacional dessas espécies, que o grupo de trabalho da  
1125 CTAMPUR estabeleceu nesse material que no foi entregue, que está no processo.  
1126 Alguém quer se manifestar? Fabiana.

1127 **Fabiana da Silva Figueiró, FIERGS:** Só para ficar claro o encaminhamento, a tarefa que  
1128 será encaminhada para a Câmara de Legislação será fazer a análise sob a perspectiva  
1129 legal da minuta que foi encaminhada? Esse será o nosso trabalho? Isso é importante,  
1130 Doutora Ângela, porque na primeira ocasião por diversos momentos surgiram dúvidas em  
1131 relação a qual era o escopo da avaliação a ser feita. Então, acho que a gente precisa  
1132 delimitar isso bem. Então, se a senhora puder, por favor, repetir.

1133 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1134 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim. O objetivo do retorno do processo à Câmara Técnica  
1135 de Legislação, considerando-se que está finalizada, como o próprio Professor Paulo  
1136 Brack comenta na Câmara Técnica da CTAMPUR. O objetivo da Câmara Técnica de  
1137 Legislação é analisar o estudo e a minuta de resolução que veio acompanhada com o  
1138 estudo da CTAMPUR. Conselheiro Thiago.

1139 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Não, era só para elucidar se o tema  
1140 voltaria às duas câmaras técnicas ou apenas à Câmara Técnica de Legislação e  
1141 Educação Ambiental. Então, pelo que entendi só retornaria a nossa câmara técnica?

1142 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1143 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, retornaria a nossa câmara técnica e chamar a outra  
1144 câmara técnica para esclarecimentos, claro.

1145 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Aí teremos teríamos 60 dias para  
1146 emitir um parecer.

1147 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1148 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso, porque agora tem o novo prazo da resolução que  
1149 fizemos a alteração, não podemos esquecer isso.

1150 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Eu acho que seria o melhor  
1151 encaminhamento, a partir de outubro, pelo menos em dezembro já teríamos um parecer  
1152 para apresentar ao Conselho.

1153 **Simone Strigleder Botelho, AMA Guaíba:** Eu só tinha me inscrito para ver essa dúvida,  
1154 se voltaria para as duas ou se voltaria só para a LEAMB. Então, já está esclarecido.

1155 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
1156 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Parece que o Professor Paulo Brack deixou claro que na  
1157 CTAMPUR o estudo está finalizado e aprovado por unanimidade. Seria para a CT de  
1158 Legislação Ambiental, que poderá fazer aqui esclarecimentos com a CTAMPUR, por

**Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM**

1159 óbvio. Então, me parecer que podemos aprovar por aclamação, né, considerando que não  
1160 há nenhuma oposição, que o expediente retorna com esse escopo para a Câmara  
1161 Técnica de Legislação Ambiental. Então, considerando que temos a resolução com  
1162 relação ao prazo, acreditamos que a reunião de dezembro esse tema será novamente  
1163 pauta para deliberação, apresentação e deliberação. Está bem? Ainda, só para finalizar e  
1164 eu não ficar com a minha tarefa pela metade, temos a ata da reunião de 1º de julho e de  
1165 26 de agosto para aprovação, porque as minhas tarefas foram mal finalizadas nas últimas  
1166 reuniões. Então, eu coloco em votação às atas? As atas foram enviadas por e-mail.  
1167 Alguém tem alguma discordância em relação a essas atas? Podemos considerá-las  
1168 aprovadas? Ótimo, muito obrigada. **APROVADAS AS ATAS**. E por fim eu quero só fazer  
1169 um esclarecimento, que a Simone mencionou na sua comunicação, em relação ao site da  
1170 SMAMUS. Essa é uma briga que nós enquanto Secretaria temos com o pessoal da  
1171 comunicação da Prefeitura propriamente, porque o site novo não é novo, ele não tem as  
1172 informações e remete sempre para o site anterior. Isso, inclusive, acontece com todas as  
1173 secretarias, é um problema que a comunicação da Prefeitura ainda não conseguiu sanar,  
1174 mas isso tem sido pauta semanal das nossas reuniões de gestão. Então, o Secretário  
1175 está atento a isso e nós pedimos muitas desculpas, porque realmente isso é uma coisa  
1176 mais do que imperdoável. Então, a gente sabe dessa situação e está no nosso radar.  
1177 Agradeço muito a presença de todos e espero que fiquem bem, passem bem. Nossa  
1178 solidariedade a nossa amiga Andrea Loguércio, que sempre nos manda notícias e fiquem  
1179 todos com paz, saúde. Até a próxima reunião. Muito obrigada.

1180 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião do Conselho Municipal de Meio**  
1181 **Ambiente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro,**  
1182 **sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de**  
1183 **veracidade.**

1184

**Porto Alegre, 30 de setembro de 2021.**